



LEI Nº 1.494/2013

EMENTA: CRIA A INSTÂNCIA DE CONTROLE SOCIAL, DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Constitucional do Município de Sertânia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica criada a Instância de Controle Social – ICS, Órgão Intersetorial, responsável pelo acompanhamento, funcionamento e o desenvolvimento das ações, implementadas pelo Poder Público Municipal, relacionadas ao Programa Bolsa Família no Município de Sertânia.

Art. 2º - O controle e participação social do Programa Bolsa Família deverão ser realizados, em âmbito local, por conselho formalmente constituído, através Decreto, pelo Poder Executivo Municipal, respeitada a paridade entre governo e sociedade.

Parágrafo Único - O Conselho de que trata o *caput* deverá ser composto por integrantes das áreas de Assistência Social, da Saúde, da Administração e da Sociedade Civil Organizada, de forma paritária, sem prejuízo de outras áreas que o município julgar conveniente.

Art. 3º - O Município poderá associar-se a outros Municípios, por meio de termo de cooperação intermunicipal, para exercerem, em conjunto, o controle social do Programa Bolsa Família.

Parágrafo Único – O termo de cooperação conterá, necessariamente, a distribuição de todas as competências e atribuições necessárias ao perfeito acompanhamento dos Programas Bolsa Família e remanescentes, colocados sob a responsabilidade do Município de Sertânia.

Art. 4º - O Conselho de Controle Social será presidido por indicação direta dos seus membros, sendo indicados por seus órgãos governamentais ou não



governamentais, na primeira reunião da Instância de Controle Social – ICS, para um mandato de 02 (dois) anos.

Art. 5º - Cabe ao Conselho da Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família:

I – acompanhar, avaliar e subsidiar a fiscalização da execução do Programa Bolsa Família, no âmbito municipal ou jurisdicional;

II – acompanhar e estimular a integração e a oferta de outras políticas públicas sociais para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;

III – acompanhar a oferta, por parte dos governos locais, dos serviços necessários para a realização das condicionalidades

IV – estimular a participação comunitária no controle da execução do Programa Bolsa Família, no âmbito municipal ou jurisdicional;

V – elaborar, aprovar e modificar o seu Regimento Interno; e

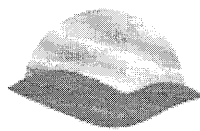
VI – exercer outras atribuições estabelecidas em normas complementares, expedidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 6º - Para o exercício das competências previstas no artigo anterior, ao Conselho da Instância de Controle Social será franqueado acesso aos formulários do Cadastro Único, do Governo Federal, e aos dados e informações constantes em sistema informatizado desenvolvido para gestão, controle e acompanhamento do Programa Bolsa Família e de demais programas remanescentes, bem como as informações relacionadas às condicionalidades, além de outros que venham a ser definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 7º - A relação dos beneficiários do Programa Bolsa Família deverá ser amplamente divulgada pelo Poder Público municipal.

Art. 8º - A utilização indevida dos dados disponibilizados acarretará na aplicação das sanções civis e penais previstas em Lei.

Art. 9º - Os componentes do Conselho de Controle Social do Programa Bolsa Família, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, exercerão suas atividades sem qualquer ônus para os cofres municipais.



Parágrafo Único – As atividades prestadas pelos Conselheiros de Controle Social, no exercício do *múnus* público, serão consideradas como serviços de relevância, prestados ao Município.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação oficial.

Art. 11 - Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de Julho de 2013.



Gustavo Maciel Lins de Albuquerque
Prefeito